

A Corênciã Evangélica de Bento XVI

Deus Caritas Est não correspondia a nada daquilo de que os “media” estavam à espera. Na verdade o Papa vinha-nos falar de amor quando se esperava que, de acordo com a imagem que dele fora construída, nos viesse falar de ortodoxia.

Antes de expor duas ou três reflexões sobre esta Encíclica, queria recordar o momento em que foi publicada e o impacto que então teve. *Deus Caritas Est* surge muito pouco tempo depois de o Papa ter sido eleito pois foi escrita no Verão de 2005, logo após a eleição, e publicada a 25 de Dezembro desse mesmo ano, ou seja, quando tinham passado apenas sete meses da eleição de Bento XVI. Trata-se pois de um documento inicial, de uma Carta Encíclica que era esperada com alguma expectativa mas que, na altura, surpreendeu a maior parte dos órgãos de informação: *Deus Caritas Est* não correspondia a nada daquilo de que os media estavam à espera. Na verdade o Papa vinha-nos falar de amor quando se esperava que, de acordo com a imagem que dele fora construída, nos viesse falar de ortodoxia. Talvez por isso mesmo esta encíclica tenha passado relativamente despercebida e tivesse tido menos impacto, por exemplo, do que uma outra mais recente, *Caritas In Veritate*, publicada há cerca de seis meses.

Em *Deus Caritas Est* há três pontos que queria referir mais detalhadamente, todos na linha do que ao longo deste encontro tem vindo a ser reafirmado, isto é, a coerência evangélica de Bento XVI.

O primeiro é apenas um apontamento. Nos primeiros pontos da Encíclica o Papa refere-se quase exclusivamente ao Antigo Testamento de tal forma que quase tem necessidade de o justificar, como faz no início do ponto 12 ao escrever “apesar de termos falado até agora prevalentemente do Antigo Testamento”. Penso que este pormenor é importante porque a percepção entre muitos cristãos não Católicos, sobretudo em algumas Igrejas Protestantes, é de que o Catolicismo não dá suficiente importância ao Antigo



Testamento. Atraver-me-ia por isso a dizer que a circunstância de abrir desta forma a sua primeira Encíclica não terá sido ocasional, antes se enquadrando no que tem sido uma sua preocupação constante: a abertura às diferentes Igrejas cristãs num indiscutível esforço de aproximação.

O segundo aspecto que gostava de destacar, e que é muito mais importante, prende-se com a forma frontal e, de novo, inesperada, como o Papa trata do tema do amor erótico, do amor paixão. Mais: fá-lo de uma forma que contraria não só o preconceito como a ideia de que na Igreja esse domínio é um domínio de proibições.

Ao sublinhar a diferença e ao mesmo tempo a unidade entre o amor *eros* e o amor *agape*, Bento XVI procura não só situar a novidade do cristianismo como, ao mesmo tempo, responder aos seus críticos sem recusar abordar as questões que eles colocam. É precisamente por isso que não hesita em citar Friedrich Nietzsche, segundo o qual “o cristianismo teria dado veneno a beber ao eros, que, embora não tivesse morrido, daí teria recebido o impulso para degenerar em vício”. Ou seja, não teria a Igreja, “com os seus mandamentos e proibições”, tornado “porventura amarga a coisa mais bela da vida?” Mais: “Porventura não assinala

ela proibições precisamente onde a alegria, preparada para nós pelo Criador, nos oferece uma felicidade que nos faz pressentir algo Divino?”

Esta linguagem é directa. Para Bento XVI a paixão, o amor eros, é algo de belo, é uma alegria preparada pelo Criador. Porém, acrescenta, “será mesmo assim?” Ou será que “o Cristianismo destruiu o verdadeiro eros?” De novo, como é seu hábito, o Papa enfrenta o problema central sem fugir a ele: o Antigo Testamento “não rejeitou de modo algum o eros enquanto tal, mas declarou guerra à sua subversão devastadora, porque a falsa divinização do eros, como aí se verifica, priva-o da sua dignidade, desumaniza-o”, escreve Bento XVI referindo-se à forma como certas culturas viram “no eros sobretudo o inebriamento, a subjugação da razão por parte duma ‘loucura divina’ que arranca o homem das limitações da sua existência”.

Para desenvolver este raciocínio a Encíclica tem de, naturalmente, abordar o problema da relação da religião com o corpo, sendo que ao fazê-lo Bento XVI não tem problemas em assumir que, por várias vezes, houve alguma dificuldade em tratar os problemas da corporeidade dentro da Igreja. “Hoje não é raro ouvir censurar o cristianismo do passado por ter sido adversário da corporeidade; a realidade é que sempre houve tendências neste sentido”, assume. O que significa que nem sempre se entendeu que “se o homem aspira a ser somente espírito e quer rejeitar a carne como uma herança apenas animalésca, então espírito e corpo perdem a sua dignidade”. Só que, por outro lado, renegar o espírito e conseqüentemente considerar a matéria, o corpo, como realidade exclusiva, leva ambos a perder também a sua grandeza. Isto porque “a fé cristã sempre considerou o homem como um ser uni-dual, em que espírito e matéria se compenetraram mutuamente, experimentando ambos precisamente desta forma uma nova nobreza”.

Nestas passagens desta Encíclica Bento XVI não surpreende ao recordar que não podemos pensar apenas no corpo, mas talvez surpreenda muitos ao assumir que a dimensão erótica do amor não é, muito longe disso, uma dimensão secundária. No limite, e remetendo para um debate que ficou famoso, o amor erótico não é uma coisa subsidiária que se pratica apenas com o fim de procriar. Considera, pelo contrário, que a “estreita ligação entre eros e matrimónio na Bíblia quase não encontra paralelos literários fora da mesma.”

Não tenho nada contra a palavra “solidariedade”, mas a solidariedade é algo que com mais facilidade, com menos problemas de consciência, podemos transferir para o Estado e não nos preocuparmos mais com o assunto. Porém a solidariedade prosseguida pelo Estado, mesmo visando a justiça social, não preenche toda a nossa humanidade



Talvez fosse difícil encontrar uma formulação que contrariasse mais frontalmente os preconceitos alimentados relativamente às opiniões, neste domínio, da Igreja Católica.

Mais: esta frase surge antes de a Encíclica entrar no Novo Testamento – portanto ainda no final da sua reflexão baseada no Antigo Testamento – e logo a seguir à reafirmação da importância do matrimónio monogâmico. Este é justificado quer pela sua relação com a crença num Deus monoteísta, quer por se basear num amor exclusivo e definitivo.

Toda esta primeira parte da Carta Encíclica é pois muitíssimo interessante e, de alguma forma, conduz-nos à segunda, porque se se começa por referir sobretudo o amor matrimonial, depois sublinha a importância da “atenção ao outro”. Aqui começo por destacar a forma como Bento XVI se distancia da imagem do crente piedoso que acredita que, apenas pela piedade e pela oração pode alcançar a sua realização. Não pode: “Se na minha vida, negligenciando completamente a atenção ao outro, importando-me apenas com ser piedoso e cumprir os meus deveres religiosos, então defina também a minha relação com Deus.”

Isto é, posso cumprir todos os deveres religiosos, posso



rezar e ir à missa – até posso ir todos os dias –, mas também tenho de colaborar para melhorar o destino colectivo da minha comunidade. Isso implica um empenhamento na sociedade e com a sociedade.

O que nos leva a outra questão muito controversa: qual deve ser a missão da Igreja e a missão dos cristãos nas sociedades contemporâneas. De novo – como também já se sublinhou nesta conferência –, Bento XVI traça uma separação muito clara entre o que é o domínio do poder político e aquilo que é a intervenção não apenas da Igreja, mas dos católicos.

A segunda parte desta Carta Encíclica, toda ela dedicada à prática do amor realizado pela Igreja, trata das actividades em que a sua importância mais facilmente é reconhecida: a sua intervenção nos domínios sociais, da educação ao apoio às famílias, aos mais desfavorecidos, aos esquecidos.

Logo no início desta segunda parte encontramos uma importante clarificação doutrinal sobre o conceito de caridade. Este tema não é secundário, pois se muito facilmente encontramos quem reconheça a importância social de muitas organizações da Igreja, se utilizarmos o termo “caridade”, quase de imediato surge uma reacção agressiva. Quase todos já ouvimos frases como “não venhas agora com a tua caridadezinha”, como se a tal “caridadezinha” fosse uma coisa antiga que já não fizesse sentido.

Bento XVI, mais uma vez, desafia esse ponto de vista e dedica a primeira parte da segunda parte a delimitar o que é o papel dos Estados para alcançar a justiça e o que não compete aos Estados fazer sob pena de eles não só não fazerem bem a sua missão, como começarem a fazer mal.

Penso que, como sempre, neste domínio a semântica é muito importante. E, nas sociedades em que vivemos tem havido uma tendência para substituir umas palavras por outras, processo em que a palavra caridade ganhou, em alguns sectores, uma conotação quase negativa. De resto tal como uma outra palavra que até tinha uma conotação muito positiva, até por estar associada à Revolução Francesa, mas que também desapareceu – a palavra “fraternidade”. O lema da Revolução Francesa era, recorde-se, “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”, mas essa fraternidade que entendemos como algo que tem muito a ver com a relação entre as pessoas, com a relação de nós com os outros, com sermos fraternos, que tem uma componente de envolvimento pessoal no apoio àqueles que podem menos, tem vindo a ser substituída por uma outra palavra mais asséptica: “solidariedade”. Não tenho nada contra a palavra “solidariedade”, mas a solidariedade é algo que com mais facilidade, com menos problemas de consciência, podemos transferir para o Estado e não nos preocuparmos mais com o assunto. É assim algo do género: “Pago os meus impostos, cumpro as minhas obrigações, portanto o que o Estado tem a fazer com os meus impostos, com as minhas contribuições para a Segurança Social, é garantir a solidariedade nas sociedades.” Logo estou de consciência tranquila...

Porém a solidariedade prosseguida pelo Estado, mesmo visando a justiça social, não preenche toda a nossa humanidade.

Como se escreve nesta Encíclica, “desde o Oitocentos, vemos levantar-se contra a actividade caritativa da Igreja uma

Sendo que a Igreja é uma destas forças vivas pois o seu papel não lhe permite – tal como o papel dos católicos não os autoriza – a, por assim dizer, contentar-se apenas com aquilo que decorre das obrigações sociais do Estado. Isto porque “o imperativo do amor ao próximo” foi “inscrito pelo Criador na própria natureza do homem”, escreveu Bento XVI

objecção, explanada depois com insistência sobretudo pelo pensamento marxista. Os pobres — diz-se — não teriam necessidade de obras de caridade, mas de justiça. As obras de caridade — as esmolas — seriam na realidade, para os ricos, uma forma de subtraírem-se à instauração da justiça e tranquilizarem a consciência, mantendo as suas posições e defraudando os pobres nos seus direitos.”

Mesmo reconhecendo que pode haver alguma verdade nesta argumentação, a verdade é que Bento XVI considera que se o Estado pode assegurar o acesso ao mínimo de bens materiais, acrescenta que não há possibilidade de um homem ser completo só através dos bens materiais, existindo portanto sempre um espaço para a intervenção não só da Igreja como, para além da Igreja, de todos os membros da comunidade.

Ou seja, se “a justa ordem da sociedade e do Estado é dever central da política”, isso não obsta a que “o amor – caritas – seja sempre necessário, mesmo na sociedade mais justa”. E se “a Igreja não pode nem deve tomar nas suas próprias mãos a batalha política para realizar a sociedade mais justa possível”, se “não pode nem deve colocar-se no lugar do Estado”, também “não pode nem deve ficar à margem na luta pela justiça”. Por isso toca-lhe “empenhar-se pela justiça trabalhando para a abertura da inteligência e da vontade às exigências do bem”.

Nesta Encíclica defende-se por isso que “não precisamos de um Estado que regule e domine tudo, mas de um Estado que generosamente reconheça e apoie, segundo o princípio de subsidiariedade, as iniciativas que nascem das diversas forças sociais e conjugam espontaneidade e proximidade aos homens carecidos de ajuda”. Sendo que a Igreja é uma destas forças vivas pois o seu papel não lhe permite – tal como o papel dos católicos não os autoriza – a, por assim dizer, contentar-se apenas com aquilo que decorre das obrigações sociais do Estado. Isto porque “o imperativo do amor ao próximo” foi “inscrito pelo Criador na própria natureza do homem”, escreveu Bento XVI.

Não sou teólogo, não posso discutir questões de Teologia, mas como cidadão isto é o que encontro de mais interessante, de mais estimulante, mesmo de mais inesperado, nesta primeira Encíclica de Bento XVI. ●